



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2022	
Tp. Período	Anual	
Curso	PEDAGOGIA (580-C)	
Disciplina	3409 - PRÁTICA DE ENSINO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA I	Carga Horária: 68
Turma	PEN/C	

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Características da pessoa com Necessidades Educacionais Especiais, prevenção e avaliação psicoeducacional. Dificuldades de aprendizagem. Práticas de ensino na educação especial e inclusiva: o atendimento educacional aos alunos com deficiência intelectual, neuromotora, visual, auditiva, transtorno do espectro autista e dificuldades de aprendizagem.

I. Objetivos

- Analisar a Educação Especial/Inclusiva destacando as características das pessoas com deficiência e as práticas pedagógicas destinadas a esta população;
- Identificar as principais características apresentadas pelas pessoas com deficiências, dificuldades de aprendizagem e NEE;
- Compreender o Atendimento Educacionais Especial AEE plicado ao ensino inclusivo;
- Conhecer práticas educacionais voltadas a Educação Especial e Inclusiva;
- Planejar atividades que favoreçam o processo de ensino e de aprendizagem aos alunos NEE.

II. Programa

Unidade 1: História da Educação Especial e Inclusiva

- Antiguidade
- Idade Média
- Idade Moderna
- Idade Contemporânea

Unidade 2: Conceitos

- Conceito de Deficiência/Dificuldade;
- Etiologia e prevenção;
- Causas pré, peri e pós-natais;
- Síndromes.

-Caracterização das deficiências nas áreas: intelectual, Física Neuromotora, TGD, visual e auditiva.

Unidade 3: Transtornos Funcionais Específicos / Dificuldades de Aprendizagem

- Transtornos funcionais Específicos: dislexia, disortografia, disgrafia e discalculia;
- Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Unidade 4: Políticas de apoio às práticas educacionais no AEE no Estado do Paraná.

- Professor de Apoio Educacional Especializado; PAEE
- Professor de Apoio à Comunicação Alternativa; PACA
- Intérprete de LIBRAS.

Unidade 5: Avaliação Pedagógica no contexto escolar.

- Áreas avaliadas: Acuidade visual e auditiva; Desenvolvimento (psicomotor, cognitivo, socioafetivo); Conhecimentos prévios das habilidades acadêmicas e/ou dificuldades/necessidades individuais do aluno; Áreas do Conhecimento escolar (leitura, escrita, produção de texto, oralidade e conceitos matemáticos);

- Instrumentos de avaliação pedagógica: fichas de referência na área acadêmica; Entrevista com os pais; Observação do aluno no contexto escolar; Triagem visual e auditiva; conhecimentos acadêmicos.

III. Metodologia de Ensino

Aulas dialogadas, leituras dirigidas, atividades individuais e coletivas, debates, seminários e filmes.

IV. Formas de Avaliação

- Primeiro semestre:

Provas individuais; Trabalho escrito individual e/ou em grupo; Seminário; Relatórios.

- Segundo semestre: Provas individuais; Trabalho escrito individual e/ou em grupo; Seminário; Relatórios.

V. Bibliografia

Básica

BARBY, Ana Aparecida de Oliveira Machado Barby. [Dissertação de Mestrado] Inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino: o pensar dos futuros professores. Curitiba: UFPR, 2005.

BRASIL – Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, 2001.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2022
Tp. Período	Anual
Curso	PEDAGOGIA (580-C)
Disciplina	3409 - PRATICA DE ENSINO DE EDUCACAO ESPECIAL E INCLUSIVA I
Turma	PEN/C
	Carga Horária: 68

PLANO DE ENSINO

CARNEIRO, M. A. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CARVALHO, R. E. Diversidade como paradigma de ação pedagógica na educação infantil e séries iniciais. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Revista da Educação Especial. v.1, n.1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, p. 29-34, out. 2005.

DUTRA, C. P., Políticas públicas de inclusão e o papel da educação especial. In: MANZINI, E. J. (org.). Inclusão e Acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006.

JANNUZZI, G. de M.. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MACHADO, L. M.; LABEGALINI, A. C. F. B. A educação inclusiva na legislação de ensino. Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação, 2007.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Carlos, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.

OMOTE, S. Inclusão: da intenção à realidade. In: OMOTE, S. (Org.) Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004, p. 1-10.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. A Educação Especial no Paraná: subsídios para a construção das diretrizes pedagógicas da Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: Acesso em: 15 ago. 2008.

SASSAKI. Inclusão: o paradigma do século 21. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Inclusão: Revista da Educação Especial. v.1, n.1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed Sul, 1999.

Complementar

V. BIBLIOGRAFIA

a) Básica:

BARBY, Ana Aparecida de Oliveira Machado Barby. [Dissertação de Mestrado] Inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino: o pensar dos futuros professores. Curitiba: UFPR, 2005.

BRASIL – Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, 2001.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

CARNEIRO, M. A. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CARVALHO, R. E. Diversidade como paradigma de ação pedagógica na educação infantil e séries iniciais. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Revista da Educação Especial. v.1, n.1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, p. 29-34, out. 2005.

DUTRA, C. P., Políticas públicas de inclusão e o papel da educação especial. In: MANZINI, E. J. (org.). Inclusão e Acessibilidade. Marília: ABPEE, 2006.

JANNUZZI, G. de M.. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

MACHADO, L. M.; LABEGALINI, A. C. F. B. A educação inclusiva na legislação de ensino. Marília: Edições M3T Tecnologia e Educação, 2007.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, São Carlos, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006.

OMOTE, S. Inclusão: da intenção à realidade. In: OMOTE, S. (Org.) Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004, p. 1-10.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. A Educação Especial no Paraná: subsídios para a construção das diretrizes pedagógicas da Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: Acesso em: 15 ago. 2008.

SASSAKI. Inclusão: o paradigma do século 21. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Inclusão: Revista da Educação Especial. v.1, n.1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed Sul, 1999.

b) Complementar

ARANHA, M. S. F.; Educação inclusiva: transformação social ou retórica. In: OMOTE, S. (Org.) Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004, p. 37-60.

BRASIL. Ministério da Justiça/CORDE Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. 2. ed. rev. São Paulo, SP: EDUC, 2004.

DENARI, F. E. Formação de professores em educação especial: a ótica do GTEE – 06 e do Fórum Paulista Permanente de Educação Especial. In: OMOTE, S. (Org.) Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004, p. 61-76.

GOMES, C.; BARBOSA, A. Inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental. In: Revista Brasileira de Educação Especial. v. 22, n. 1, Marília, 2006, p. 85-100. Disponível em: . Acesso em: 15 set. 2008.

FERREIRA, J. R. Políticas públicas e a universidade: uma avaliação dos 10 anos da declaração de Salamanca. In: OMOTE, S. (Org.) Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundepe, 2004.

KASSAR, M. de C. M. Uma leitura da educação especial no Brasil. In: GAIO, R.; MENEGHETTI, R. G. K. Caminhos Pedagógicos da Educação Especial. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MARCHESI, A. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. (Org.) Desenvolvimento psicológico e educação. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2022	
Tp. Período	Anual	
Curso	PEDAGOGIA (580-C)	
Disciplina	3409 - PRATICA DE ENSINO DE EDUCACAO ESPECIAL E INCLUSIVA I	Carga Horária: 68
Turma	PEN/C	

PLANO DE ENSINO

MAZZOTTA, M. J. S. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001.
PRIETO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org.). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo, SP: Summus, 2006. p. 31-69.
SANCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Revista da Educação Especial. v.1, n.1, Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.
SILVA, E. G. O perfil docente para a educação inclusiva: uma análise das atitudes, habilidades e o perfil escolas inclusivo. 2008. 121p. Tese (Doutorado em Educação: área de concentração: Ensino na Educação Brasileira), Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Disponível em: Acesso em: 28 dez. 2008.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DEPED/G
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 10/2022
Data: 09/06/2022